



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 570110 - MG (2020/0078265-1)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : GABRIELA MORAES BAPTISTA DE ALMEIDA
ADVOGADO : GABRIELA MORAES BAPTISTA DE ALMEIDA - MG162393
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : DANIEL CLAUDINO SANTANA SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de **DANIEL CLAUDINO SANTANA SANTOS** apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Em síntese, a defesa alega que o paciente faz jus à prisão domiciliar, com amparo no que preveem a Recomendação n. 62 do CNJ, de 17/03/2020, a Portaria Conjunta n. 19/PR-TJMG/2020 e a Portaria n. 004/2020 da Vara de Execução Penal da Comarca de Juiz de Fora/MG, em razão da superlotação carcerária e do risco a sua saúde, decorrente da pandemia do COVID-19.

Relata que, quatro dias antes, o juiz de 1º grau havia concedido o pedido, contudo, o revogou, inovando de forma indevida, e sem fundamentação idônea.

Requer, por fim, a concessão da ordem, inclusive liminarmente, para que seja deferida a prisão domiciliar.

É o relatório.

Decido.

Apesar de a defesa tentar afastar a incidência da Súmula 691/STF, não se verifica fundamento para a excepcionalidade. Como se nota da decisão de fls. 65-66 (e-STJ), o Juízo da Execução, aos **19/03/2020**, deferiu a progressão ao regime semiaberto em favor do paciente (sem o benefício das saídas temporárias, por não ter cumprido os requisitos do art. 123 da LEP), e, na mesma data, concedeu cautelarmente a prisão domiciliar em razão da COVID-19, pelo fato de a paciente se encontrar no regime intermediário e não possuir faltas graves no curso da execução.

Todavia, em **23/03/2020**, o magistrado revogou a decisão, apenas quanto à prisão domiciliar outrora concedida, mediante a seguinte fundamentação (e-STJ, fl. 67):

"Entrementes, verifiquei agora que o sentenciado integra a lista de pessoas que, embora sendo acautelados em cumprimento de pena no regime semiaberto, que ostentam condenação cuja pena remanescente é superior a 8 anos de reclusão, por cometimento de crimes violentos, tais como homicídios, crimes sexuais, reiteração de roubos e tráfico de drogas, além de organização criminosa e lavagem de dinheiro, recomendando, nesses casos, que permaneçam no cárcere, sob vigilância contínua do serviço de saúde da unidade prisional onde estiverem matriculados e, em apresentando sintomas do COVID-19, devidamente atestado, sejam isolados dos demais reclusos."

Como cedo, esta Corte possui entendimento pacificado no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra decisão que indefere pedido liminar, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão impugnada (Súmula 691/STF).

Sobre o tema, os seguintes precedentes:

"AGRAVO REGIMENTAL EM *HABEAS CORPUS*. IMPETRAÇÃO INDEFERIDA LIMINARMENTE. SÚMULA 691/STF. AUSÊNCIA DE PATENTE ILEGALIDADE. PLEITO DE APRESENTAÇÃO DE MEMORIAIS ESCRITO E NO PRAZO RAZOÁVEL. ALEGADA COMPLEXIDADE DO FEITO. TEMA A SER EXAMINADO PELO JUÍZO PROCESSANTE. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. O Superior Tribunal de Justiça tem compreensão firmada no sentido de não ser cabível *habeas corpus* contra decisão que indefere o pleito liminar em prévio *mandamus*, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade, o que não ocorre na espécie. Inteligência do verbete n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

2. Na espécie, o Juízo de 1º grau, explicitamente, afastou a necessidade de apresentação das alegações finais por escrito, ao afirmar que não se tratava de feito complexo, bem como o número de acusados fora reduzido com o desmembramento da ação penal. Assim, modificar tal entendimento demandaria incursão no acervo probatório dos autos, inviável na sede eleita. Impossibilidade de superação do enunciado sumular 691/STF.

3. Por outro lado, nada impede que o Juízo Processante, ao final da instrução e pela proximidade com os fatos, possa reavaliar o pleito defensivo de apresentação de alegações finais por escrito, momento em que examinará a verdadeira complexidade do feito, lembrando-se que o cumprimento do princípio constitucional da duração razoável do processo (art. 5º, LXXVIII, da CF) não pode sobrepor às garantias constitucionais do cidadão no processo penal, em especial o respeito ao contraditório e à ampla defesa (art. 5º, LV, da CF).

4. Agravo regimental improvido." (AgRg no HC 495.211/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 21/03/2019, DJe 29/03/2019, grifou-se).

"AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. PROCESSUAL PENAL. IMPETRAÇÃO CONTRA DECISÃO INDEFERITÓRIA DE LIMINAR EM OUTRO *HABEAS CORPUS* NA ORIGEM, AINDA NÃO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE DE SUPERAÇÃO DA SÚMULA N.º 691 DA SUPREMA CORTE. AUSÊNCIA DE TERATOLOGIA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Não se admite *habeas corpus* contra decisão denegatória de liminar proferida em outro *writ* na instância de origem, sob pena de indevida supressão de instância. Súmula n. 691/STF.

2. No caso, não se constata ilegalidade patente que autorize a mitigação da Súmula n. 691 da Suprema Corte, tendo em vista que foi demonstrada a necessidade de manutenção da segregação cautelar, em virtude da "participação ativa do paciente na quadrilha voltada ao tráfico de entorpecentes, com a qual foi apreendida mais de 01 (uma) tonelada de cocaína, figurando o paciente na ORCRIM como piloto da aeronave".

3. Conforme orientação desta Corte, a quantidade e a natureza da droga apreendida, bem como a necessidade de se interromper as atividades de organização criminosa, são circunstâncias aptas a justificar a segregação provisória.

4. Agravo regimental desprovido." (AgRg no HC 496.205/MT, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 19/03/2019, DJe 01/04/2019, grifou-se).

O mesmo entendimento deve ser aplicado ao caso em apreço. Confira-se o seguinte precedente do Supremo Tribunal Federal:

"... a decisão questionada é monocrática, de natureza precária e desprovida de conteúdo definitivo... A jurisdição ali pedida está pendente e o órgão judicial atua para prestá-la na forma da lei. Embora não tenha havido o indeferimento da medida liminar ..., aplica-se à espécie a Súmula n. 691 deste Supremo Tribunal, considerada a não definitividade da decisão objeto da presente impetração." (HC 175174, Relator(a): Min. CÁRMEN

Ainda, no caso dos autos, não se verifica a ocorrência de flagrante ilegalidade na decisão impugnada, de modo a justificar o processamento da presente ordem.

Ante o exposto, com fundamento no art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente o habeas corpus**.

Publique-se. Intimem-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Sem recurso, arquivem-se os autos.

Brasília, 01 de abril de 2020.

Ministro Ribeiro Dantas

Relator